

Brasília, 06 de maio de 2019.

Dra. Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias
DD. Ministra de Estado do Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento -MAPA
Esplanada dos Ministérios Bloco "D" - Ed. Sede - sala 806
Gabinete da Ministra
70.043-900 Brasília, DF

Ref: O setor florestal brasileiro

Excelentíssima Senhora Ministra,

Permita-nos, Excelentíssima Senhora Ministra Tereza Cristina, fazer algumas considerações, sugestões e solicitações a respeito do setor florestal brasileiro.

Nas últimas décadas, o setor florestal brasileiro, como um todo, mesmo com a crise econômica, experimentou uma forte expansão do Valor Bruto de Produção. Em 2017 apresentou crescimento de 3,4%, superando o crescimento obtido pelo Produto Interno Bruto (PIB), tanto em nível nacional (1,09%), como em nível mundial (3,3%).

Essa afirmação, comprovada pelo comportamento de todo o setor, evidencia sua contribuição ao desenvolvimento ambiental, econômico e social do nosso País. Não é nenhum milagre. É fruto do extraordinário potencial de nossos recursos naturais e pela extraordinária capacidade de empreendimento da classe empresarial. Somos uma potência agrícola em nível internacional e também podemos nos tornar expressão internacional no mundo florestal.

Os números do setor florestal brasileiro, com base nas florestas plantadas com fins industriais, refletem a sua importância como fator de geração de emprego e renda em todo território nacional:

- Plantações: 7,85 milhões de hectares (0,92% da área do Brasil), sendo 5,67 milhões de ha com eucalipto, 1,58 milhões de ha com pinus e 600 mil ha com outras espécies;
- Área de vegetação nativa preservada pelo setor: 5,6 milhões de hectares;
- Exportações: US\$ 10,7 bilhões – 4,5% do valor total exportado em 2018;
- Importações: US\$ 1,0 bilhão. Ou seja, um saldo positivo de US\$9,7 bilhões na balança comercial. Aproximadamente 17% do total do País;
- Produção de celulose em 2018: 21,0 milhões de toneladas. Cerca de 20% da produção mundial de celulose de fibra curta;
- Receita bruta do setor: R\$ 73,8 bilhões - representando 1,1% PIB nacional e 6,1% PIB industrial;
- Tributos pagos em 2017: R\$ 11,5 bilhões;

- Empregos diretos gerados em 2018: 600.000 – 1,3% do total do País;
- Número de empresas em 2016: 151.800
- Investimentos totais em 2017: R\$ 6,7 bilhões, sendo R\$ 3,2 bilhões em florestas e 3,5 bilhões na indústria.

Os resultados positivos demonstrados pelo sucesso econômico e financeiro que o setor de florestas plantadas tem obtido devem ser creditados, preponderantemente, à capacidade empresarial de poucos segmentos industriais. Estamos muito aquém do enorme potencial existente. Esse crescimento se viabilizou, até o momento, com inexpressivo apoio institucional, sem políticas públicas de médio e longo prazos e, praticamente, sem os devidos instrumentos de gestão de nossos governantes.

A valorização institucional do setor é uma reivindicação que se arrasta há anos, com contínuas perdas de oportunidades tanto na esfera nacional, como na internacional. A massa populacional de mais de três milhões de brasileiros que se beneficia direta e indiretamente das atividades florestais pode ser aumentada. Há anos não fazemos parte da agenda de prioridades institucionais de nossos governantes.

No caso das florestas nativas, o cenário é ainda mais complexo e preocupante. Com 500 milhões de hectares de florestas nativas, o Brasil é o segundo país do mundo em área florestal, atrás apenas da Federação Russa, que possui 815 milhões de hectares de florestas. Apesar desse imenso recurso florestal, o Brasil exporta menos madeira processada do que a Áustria, um país cuja área não chega a 1% da área do Brasil.

Há de se dispender todos os esforços para se dar um basta na ilegalidade do mercado de madeira, que sufoca, desestimula e mata os empreendimentos voltados ao manejo de nossas florestas nativas. A ilegalidade do mercado de madeira e o desmatamento ilegal são marcas criminosas que precisam ser combatidas com todos os instrumentos disponíveis. Demos passos importantes com os programas de concessões florestais, mas ainda estamos muito aquém de nossas reais possibilidades.

Dante do extraordinário potencial de crescimento do setor florestal, com destaque para a celulose e papel, a exemplo de outros países, é necessário viabilizar novos usos da madeira – um material renovável e ambientalmente benéfico. A ausência de informações, a falta de dados estatísticos confiáveis, o desconhecimento do posicionamento global de mercado e a precariedade das políticas de planejamento territorial, dentre outros, são fatores que pesam negativamente sobre setor florestal e que demandam enérgicas e urgentes medidas desse Ministério, agora sob o comando de Sua Excelência.

Nesse contexto de preocupações, cumpre-nos a responsabilidade de apontar algumas sugestões para a eliminação de gargalos que travam nosso desenvolvimento florestal:

- **Determinação e valorização do locus institucional do setor florestal brasileiro:** Há de se concentrar a representação e responsabilidade institucional de toda a atividade florestal em suas múltiplas funções no Serviço Florestal Brasileiro. O SFB, já se encontra dentro do Ministério da Agricultura e pode se constituir na base de todo o processo de gestão da atividade e, à semelhança do que foi a Embrapa para a agricultura, pode se transformar no grande implementador de políticas públicas para a gestão do setor florestal.



Há necessidade de valorizar sua base técnica condizente à utilização das florestas em suas variadas funções. Entendendo a necessidade de uma postura propositiva, sugerimos como ação inicial, a adequação do papel do SFB, através de mudanças nos dispositivos legais necessários, para que o mesmo possa cuidar de todas suas atribuições com adequada estrutura de trabalho.

Essas são medidas fundamentais para fortalecimento do Serviço Florestal Brasileiro no cumprimento de sua missão e na mudança da postura do Governo em sua forma de gestão. Ações mais proativas e com maior participação do setor produtivo levarão, com certeza, ao uso mais adequado do potencial dos recursos florestais brasileiros, com respostas econômicas, sociais e ambientais em bases plenamente sustentáveis. O fortalecimento do SFB deve implicar na eliminação de sobreposições e responsabilidades legais que envolvem o tema florestal e que ainda permanecem em outros ministérios.

- **Implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas - PNDFP:** Trata-se de trabalho que representou o esforço de inúmeros profissionais durante vários meses procurando identificar as prioridades do setor de florestas plantadas. Todas as preocupações para aumentar as áreas plantadas, para cuidar do extraordinário estoque existente, pesquisas com nossas espécies nativas, estudos para diversidade do uso da madeira, integração dos programas de fomento, alternativas de financiamento e outros temas de grande interesse da silvicultura se encontram detalhados nesse documento.

Se quisermos crescer e nos desenvolver, precisamos usar as referências apresentadas no PNDFP. A implementação das diretrizes apontadas no documento é o melhor caminho para promoção e sustentabilidade de nossa silvicultura.

- **Temas relevantes discutidos pelo Fórum Silviculturando-se:** Os signatários desta carta, quer como representantes de organizações ligadas à silvicultura, quer como profissionais independentes, debateram durante dois meses as questões que afetam o setor florestal brasileiro. Nesse fórum foram destacados os pontos que abaixo relacionamos, para os quais nos colocamo à disposição de Vossa Excelência, se concordar, para trabalharmos na a sua implantação. São eles:

- a. Desburocratização do licenciamento das atividades florestais, onde, em muitas situações o florestamento é considerado atividade poluidora;
- b. Informações estratégicas consistentes e organizadas para o planejamento florestal, tais como áreas, produção e consumo de produtos madeireiros e não madeireiros, mercados nacional e internacional;
- c. Fomento adequado ao cultivo e manejo de florestas de nativas e exóticas, compatibilizando produção e conservação mediante incentivos à expansão da silvicultura e à recuperação de áreas degradadas;
- d. Políticas públicas para Pagamento de Serviços Ambientais - PSA;
- e. Infraestrutura de transporte e portuária;
- f. Assistência técnica e extensão rural;
- g. Segurança jurídica para os empreendimentos florestais, facilitando a resolução de conflitos fundiários e permitindo a participação de capitais estrangeiros;



- h.** Pesquisa, desenvolvimento e inovação em sistemas agrosilvopastoris e usos múltiplos da madeira e,
- i.** Programa de comunicação e de promoção comercial do setor florestal e de seus produtos perante a opinião pública, enfatizando os benefícios sociais e ambientais das atividades florestais.

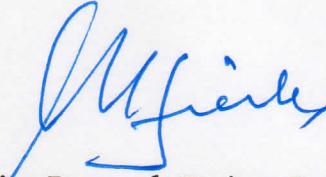
Senhora Ministra, gostaríamos que nossos canais de interlocução junto ao Ministério da Agricultura se mantivessem ativos e permanentes. Atualmente dispomos de duas vias que, pensamos, devem ser otimizadas para o fortalecimento setorial: a Câmara de Florestas Plantadas e a Comissão Nacional de Florestas - CONAFLOR, instrumento do próprio Serviço Florestal Brasileiro.

Contudo, fazemos um apelo à Vossa Excelência: não perca a oportunidade histórica de formar a Comissão Nacional de Políticas Florestais, composta por representantes de todos os segmentos envolvidos e que, com certeza jamais, deixarão de dar o apoio que o setor necessita.

Façamos dessa Comissão a representação dos diferentes setores industriais, dos pequenos, médios e grandes produtores, de nossas entidades de classe, cooperativas, universidades e instituições de pesquisa.

Vamos acompanhar o encaminhamento das sugestões apresentadas e estaremos a postos para colaborar com Vossa Excelência no que se fizer necessário para o crescimento e desenvolvimento florestal do Brasil.

Com respeito,



Amantino Ramos de Freitas, Presidente
Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS

João Paulo M. R. Sarmento, Presidente
Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais -SBEF
Yeda Maria M. de Oliveira, EMBRAPA, Vice-Presidente, IUFRO 2019
XXV Congresso Mundial da União Internacional de Pesquisa Florestal
Aline Tristão Bernardes, Diretora Executiva - FSC Brasil
Conselho Brasileiro de Manejo Florestal
Maurício Balensiefer, Presidente - SOBRADE
Sociedade Brasileira de Recuperação de Áreas Degradadas
Ricardo Steinmetz Vilela, Presidente - ABPMF
Associação Brasileira de Produtores de Mudas Florestais
Fausto Varela Cançado, Presidente - SINDIFER
Sindicato das Indústrias do Ferro no Estado de Minas
Luiz Alberto Bucci, Diretor Geral - IF/SP
Instituto Florestal, SMA/SP
Pedro de Almeida Salles, Presidente - AEF/DF
Associação dos Engenheiros Florestais do Distrito Federal
Rafael de Souza Macedo, Vice-Presidente - AREF
Associação Rondoniense de Engenheiros Florestais
Adalberto Adair Fialho, Engenheiro Florestal
Ademir Cunha Bueno, Engenheiro Florestal
Antonio Carlos Hummel, Ex-Diretor Geral, Serviço Florestal Brasileiro
Antonio Sebastião Rensi Coelho, Engenheiro Agrônomo Silvicultor

Arnaldo Salmeron, Conselheiro SBS
Ataídes Marinheski, Engenheiro Florestal
Carlos Adolfo Bantel, Prof. aposentado IFAC (Acre), ex-Presidente SBEF
Carlos Alberto F. Funcia, Eng. Agrônomo Silvicultor, Conselheiro SBS
Cláudio da Costa Cerqueira, Engenheiro Florestal
Dárcio Calais, Assessor Florestal, SINDIFER
Edson Leonardo Martini, Engenheiro Florestal
Emilene F. de Oliveira dos Santos, Engenheira Florestal, COOPERENGES
Enio Botelho, Analista Ambiental, IPAAM
Felipe Augusto S. Garcia, Engenheiro Florestal, Sócio Diretor, ARBOVALE
Humberto Candeias Cavalcanti, Eng. Florestal, ex-Diretor Geral IEF/MG
Isis Monteiro Guimarães, Sócia Diretora, ARBOVALE
Jeanicolau S. de Lacerda, Eng. Florestal, Sócio Diretor, AVAPLAN Ltda.
Jefferson Bueno Mendes, Diretor, BM2C Consultoria em Gestão de Negócios
João Comério, Engenheiro Florestal, Presidente, Grupo INOVATECH
Joésio Deoclécio Pierin Siqueira, Eng. Florestal, Sócio Diretor, STCP
Jorge Ribeiro, Administrador, Pesquisador Florestal, Conselheiro SBS
José Geraldo Rivelli Magalhães, Engenheiro Florestal
José Henrique Bazani, Engenheiro Florestal, Sócio Diretor, GEPLANT
José Maria Arruda Mendes Filho, Eng. Florestal, Diretor, LACAN Florestal
José Zani Filho, Engenheiro Florestal
Leonardo Bonetti, Economista, Sócio Diretor, Iniciativa Agronegócios
Luiz Carlos Cardoso Vale, Eng. Florestal, Sócio Diretor, Del Rey Engenharia
Luiz Carlos Estraviz Rodriguez, Professor Titular, ESALQ/USP
Luiz E. G. Barrichelo, Professor aposentado ESALQ/USP, ex-Diretor IPEF
Manoel de Freitas, Engenheiro Florestal, ex-Diretor CHAMPION Ltda.
Miguel Luiz Menezes Freitas, Vice-Presidente SBS
Nelson Barboza Leite, Eng. Agr. Silvicultor, Sócio Diretor, TECA/DAPLAN
Paulo de Souza Cardoso Filho, Sócio Diretor, MAIS FLORESTA
Pedro Mexias, Engenheiro Florestal, Sócio Diretor, AGRIFLORA
Rafael Ângelo Juliano, Engenheiro Florestal, CREA/PA
Raimundo Jean Feitosa Rocha, Cooperativa Mista FLONA Tapajós
Reinaldo Herrero Ponce, Engenheiro Florestal, Consultor
Renato Coelho, Engenheiro Mecânico de Produção
Rodrigo Eiji Hakamada, Professor Adjunto Silvicultura, UFR/PE
Rubens Antônio Trevisan, Engenheiro Florestal, Sócio Diretor, IBIRÁ
Rubens Cristiano D. Garlipp, Eng. Ftal, Sócio Diretor, Garlipp Ass. Florestal
Sérgio Miguel Safe de Matos, Sócio Diretor, Evergreen Inv. Florestais
Vincenzo Malzone, Administrador, Sócio Diretor, MASPLAN Ltda.
William Domingues de Souza, Editor Chefe, Revista OPINIÕES

JJ